

### OPTL3.30h

## CONTROLES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA CONTEMPORANEIDADE

Prof. Daniel Ferreira

EMENTA: A Administração Pública Brasileira (APB) na atualidade. Funções administrativas: poder de polícia, serviço público, fomento, regulação e políticas públicas. Controle da APB pelo Poder Judiciário. Vinculação e Discricionariedade administrativa. Conceitos Jurídicos Indeterminados e Discricionariedade Técnica. Mérito do ato administrativo. Interesses Públicos. Separação de Poderes na CF/88. Controle da APB pelos Tribunais de Contas. Inteligência artificial na APB. APB Digital. Sociedade Global, Tecnológica e de Risco. Experiências estrangeiras.

### BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Ubiratan Diniz de; ALBUQUERQUE, Marcio André Santos de; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. **A administração pública sob a perspectiva do controle externo**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

APPIO, Eduardo. **Controle judicial das políticas públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2007.

BACIGALUPO, Mariano. **La discrecionalidad administrativa** (estructura normativa, control judicial y limites constitucionales de su atribución). Madrid: Marcial Pons, 1997.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Discricionariedade e controle jurisdicional**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Discricionariedade, vinculação e sanção aplicável a servidor público. **Revista Trimestral de Direito Público**. São Paulo, v. 40, 2002.

BERCOVICI, Gilberto. Políticas Públicas e o dirigismo constitucional. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, n.3, 2003.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado liberal ao estado social**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BREUS, Thiago Lima Breus. Políticas públicas no estado constitucional: problemática da concretização dos direitos fundamentais pela administração pública brasileira contemporânea. Belo Horizonte: Fórum, 2007; BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BREUS, Thiago Lima Breus. Notas para uma metodologia jurídica de análise de políticas públicas. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 2. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1998.

CHAGAS, Gabriel Pinheiro; CAMMAROSANO, Márcio. O controle externo da Administração Pública e a tripartição de Poderes. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional - A&C**, ano 25, n. 83, p. página inicial-página final, jan./ mar. 2021. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

COMPARATO, Fábio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. Brasília, **Revista de Informação Legislativa**, a. 35, n. 138, abr./jun. 1998. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/364/r138-04.pdf?sequence=4>

COSTALDELLO, Angela Cassia. Aportes para um ideário brasileiro de gestão pública: a função do controle externo. **Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP**, Belo Horizonte, ano 10, n. 115, jul. 2011. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

CUEVA, Ricardo Villas Bôas. Termo de compromisso no processo administrativo sancionador do Banco Central: possibilidade e limites. In: OSÓRIO, Fábio Medina. (Coord.) **Direito sancionador: sistema financeiro nacional**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia. **Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón. **De la arbitrariedad de la administración**. 4. ed. Madrid: Civitas, 2002.

FERREIRA, Daniel. Alternativas legais à sanção administrativo-ambiental: uma eventual questão de dignidade da pessoa humana e de sustentabilidade da atividade empresarial. **Revista Jurídica (FIC)**, v. 22, p. 55-75, 2009.

FERREIRA, Daniel. Infrações e sanções administrativas. In: Dallari, Adilson de Abreu; Martins, Ives Gandra da Silva; Nascimento, Carlos Valder do (Org.). **Tratado de direito administrativo**. Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2013.

FERREIRA, Daniel. Infrações e sanções administrativas: panorama geral. In **Enciclopédia Jurídica da PUCSP**, tomo II. 2. ed. São Paulo: PUCSP, 2022, v. II, p. 1-34. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/107/edicao-2/infracoes-e-sancoes-administrativas>

FERREIRA, Daniel. O papel do Estado e da Administração Pública em relação às liberdades fundamentais na sociedade global, tecnológica e de risco: possibilidades, limites e controle. In: GOMES, Carla Amado; NEVES, Ana Fernanda; NETO, Eurico Bitencourt (Orgs.). **A prevenção da corrupção e outros desafios à boa governação da Administração Pública**. Lisboa: FDUL, 2017. p. 189-221. Disponível em: <https://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/15804/view>

FERREIRA, Daniel. **Sanções Administrativas**. São Paulo: Malheiros, 2001.

FERREIRA, Daniel. Sanções administrativas: entre direitos fundamentais e democratização da ação estatal. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia (UniBrasil)**, v. 12, p. 167-185, 2012. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/309>

FERREIRA, Daniel. **Teoria Geral da Infração Administrativa partir da Constituição Federal de 1988**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FERREIRA, Daniel; TEIXEIRA, Alan José de Oliveira. The principle of efficiency, beyond rhetoric. **SEQUÊNCIA** (UFSC), v. 43, p. 1-34, 2022. <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2022.e91947>.

FOLLONI, André Parmo. Pelo fim do poder no direito público. **A&C Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, ano 6, n. 26, p. 59-84, out./dez. 2006. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

FORTINI, Cristiana; ESTEVES, Júlio C. dos Santos. DIAS, Maria T. Fonseca. (org.). **Políticas públicas: possibilidades e limites**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

FREITAS, Juarez. **Discricionariedade administrativa e o direito fundamental à boa Administração Pública**. São Paulo: Malheiros, 2007.

GABARDO, Emerson. Os perigos do moralismo político e a necessidade de defesa do direito posto na Constituição da República de 1988. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 17, n. 70, p. 65-91, out./dez. 2017. <https://doi.org/10.21056/aec.v17i70.847>

GONÇALVES, Pedro Costa. Ensaio sobre a boa governação da Administração Pública a partir do mote da new public governance. **Revista de Direito Público da Economia – RDPE**, Belo Horizonte, ano 11, n. 42, abr./jun. 2013. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

GOUVEIA, Alessandro Samartin de; LEITÃO, Rômulo Guilherme. Escolha regulatória, controle judicial e a nova LINDB. **Revista de Direito Administrativo - RDA**, ano 14, n. 278.2, p. 97-130, maio/ ago. 2019. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

GUERRA, Sérgio. **Discricionariedade, Regulação e Reflexividade: uma nova teoria sobre as escolhas administrativas**. 5 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

HELLER, Gabriel; SOUSA, Guilherme Carvalho e. Função de controle externo e função administrativa: separação e colaboração na Constituição de 1988. **Revista de Direito Administrativo - RDA**, ano 14, n. 278.2, p. 71-96, maio/ ago. 2019. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

JORDÃO, Eduardo. **Controle judicial de uma administração pública complexa: a experiência estrangeira na adaptação da intensidade do controle**. São Paulo: Malheiros: SBDP, 2016.

KANAYAMA, Rodrigo L.; KANAYAMA, Ricardo A. LGPD, regime sancionatório e serviços notariais e registrais. **Revista dos Tribunais**, vol. 1031/2021, p. 227 – 241, set. 2021. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

LEAL, Rogério Gesta. Controle da administração pública no Brasil: anotações críticas. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional - A&C**, Belo Horizonte, ano 5, n. 20, abr./jun. 2005. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

LEAL, Rogério Gesta. **Estado, administração e sociedade**. Porto Alegre; Livraria do Advogado, 2006.

LEAL, Rogério Gesta. O controle da Administração Pública no Brasil em face de sua necessária transparência. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública – RBEFP**, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 29-47, jan./abr. 2012. Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. **Democracia, jueces y control de la administración**. 5. ed. Madrid: Thomson, 2000.

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. **La lucha contra las inmunidades del poder**. 3. ed. Madrid: Civitas, 1983.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Os grandes desafios do controle da Administração Pública. Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Belo Horizonte, ano 9, n. 100, abr. 2010. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

MEDAUAR, Odete. **Controle da Administração Pública**. 4. ed. Fórum, Belo Horizonte, 2020.

MONCADA, Luis S. Cabral de. **Ensaio sobre a lei**. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.

MORAES, Germana de Oliveira. **Controle jurisdicional da Administração Pública**. São Paulo: Dialética, 1999.

MOREIRA, Egon Bockmann; BAGATIN, Andreia Cristina. Lei Anticorrupção e quatro de seus principais temas: responsabilidade objetiva, desconsideração societária, acordos de leniência e regulamentos administrativos. **Revista de Direito Público da Economia – RDPE**, Belo Horizonte, ano 12, n. 47, p. 55-84, jul./set. 2014. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Legitimidade e discricionariedade: novas reflexões sobre o limite e controle da discricionariedade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NOHARA, Irene Patrícia. Conceitos jurídicos indeterminados e delimitação concreta da discricionariedade administrativa no póspositivismo. **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**, Belo Horizonte, ano 11, n. 41, p. 69–90, abr./jun. 2013. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

OLIVEIRA, Aroldo Cedraz de. **Controle da Administração Pública na era digital**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza de. Discricionariedade: juízo de empate. **SEQUÊNCIA**, v. 39, p. 45-62, 2018. <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2018v39n79p45>

OLIVEIRA, Gustavo Justino de; SCHWANKA, Cristiane. A administração consensual como a nova face da administração pública no século XXI: fundamentos dogmáticos, formas de expressão e instrumentos de ação. **A&C Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 8, n. 32, p. 31-50, abr./jun. 2008. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. **Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2006.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Estado de necessidade administrativo e poder de polícia: o caso do novo coronavírus. **Fórum Administrativo - FA**, ano 20, n. 230, p. 37-45, abr. 2020. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

PALMA, Juliana Bonacorsi. **Sanção e acordo na administração pública**. São Paulo: Malheiros, 2015.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. **Controle judicial da Administração Pública: da legalidade estrita à lógica do razoável**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

PIRES, Luis Manuel Fonseca. **Controle judicial da discricionariedade administrativa: dos conceitos jurídicos indeterminados às políticas públicas**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. Globalização, sociedade de risco e segurança. **Revista de Direito Administrativo - RDA**, ano 2, n. 246, p. 267-287, set./ dez. 2007. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

SAAD, Amauri Feres. **Do controle da Administração Pública**. São Paulo: Editora IASP, 2017;

SADDY, André. **Limites à tomada de decisão e controle judicial da Administração Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.

SCHIER, Adriana da Costa Ricardo; MELO, Juliane Andrea de Mendes Hey. O direito à participação popular como expressão do Estado Social e Democrático de Direito. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 17, n. 69, p. 127-147, jul./set. 2017. <https://doi.org/10.21056/aec.v17i69.825>

SOUSA, António Francisco de. **Conceitos indeterminados no direito administrativo**. Coimbra: Almedina, 1994.

TEIXEIRA, Alan José de Oliveira; FERREIRA, Daniel. A primordial importância da motivação das decisões administrativas em tempos de Covid-19. **A&C - Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, ano 25, n. 86, p. 157-175, out./ dez. 2021. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)

TORRES, Silvia Faber. A flexibilização do princípio da legalidade no direito do estado. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

VALLE, Vivian Cristina Lima López; GALLO, William Ivan. Inteligência artificial e capacidades regulatórias do Estado no ambiente da administração pública digital. **A&C - Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, ano 24, n. 82, p. 67-86, out./ dez. 2020. (Biblioteca Digital UNIVIRTUS)